

QUESTÕES AÇORIANAS

A questão demográfica

por

JOSÉ MANUEL MONTEIRO DA SILVA *

«No arquipélago dos Açores não há n'este momento superabundancia, mas sim falta de braços».

Mont'Alverne de Sequeira, 1891

1. O estudo aprofundado da realidade económica e social dos Açores na actualidade é matéria que nos preocupa desde há muito. A definição de objectivos, o delineamento de uma estratégia, a enunciação de medidas de política económica com vista ao desenvolvimento regional do Arquipélago, tudo isto passa numa primeira fase por um estudo (análise-diagnóstico) circunstanciado da realidade açoriana.

É com este objectivo, que aqui trazemos algumas achegas para a interpretação do comportamento das variáveis demográficas regionais.

De facto, o desenvolvimento económico e social do Arquipélago tem condicionado desde sempre o seu comportamento demográfico.

* Professor da Universidade dos Açores.

Na segunda metade deste século, as variações demográficas verificadas não foram excepção. Vamos neste trabalho determinar tão objectivamente quanto possível, os valores reais das variáveis demográficas mais significativas, que não são objecto de recolha pelo sistema estatístico, para no futuro próximo tentarmos encontrar para elas explicações no contexto económico e social.

Observemos então, a evolução da população residente numa base anual a partir de 1950, e perspectivemos o seu crescimento até ao final do século.

2. Os valores da população residente na Região Autónoma dos Açores numa base anual, podem obter-se como o resultado da soma algébrica de um conjunto de variáveis a partir de um valor determinado, como seja o Recenseamento Geral da População de 1950. São as seguintes as variáveis fundamentais:

- 1 — A natalidade
- 2 — A mortalidade
- 3 — O saldo do movimento emigratório
- 4 — O saldo do movimento emigratório clandestino
- 5 — O saldo do movimento migratório (Continente e Madeira).

Quanto à natalidade e à mortalidade, são conhecidos anualmente os valores publicados nas estatísticas oficiais. O saldo do movimento emigratório tem valores conhecidos até 1972, altura em que se deixaram de publicar oficialmente estatísticas relativas ao retorno oficial de emigrantes. O saldo do movimento migratório, ou seja, a saída e entrada de indivíduos de e para o Continente e a Madeira, e o saldo do movimento emigratório clandestino, são desconhecidos, embora por via indirecta, e através dos recenseamentos decenais, se possam obter alguns valores estimados.

Apoiados nas estatísticas anuais disponíveis para alguns deste indicadores, que reproduzimos no *Quadro I*, e ainda nos recenseamentos gerais da população, construímos um quadro da evolução previsível da população açoriana.

Uma vez que os recenseamentos de 1950, 60 e 70, foram realizados com base no dia 15 de Dezembro dos respectivos anos, tivemos de proceder a ajustamentos para o dia 30 de Dezembro.

Para a década de 50, possuímos os valores da natalidade, mortalidade, emigração e retorno da emigração. Fazendo uma aplicação desses valores à população estimada em 15.XII.1950, obtemos 352.688 pessoas para 15.XII.1960. Como o valor estimado para 15.XII.1960, com base no recenseamento desse ano foi de 327.480 habitantes, isso significa que o saldo do movimento migratório e o saldo do movimento emigratório clandestino totalizam para essa década 25.208 pessoas.

Utilizando o mesmo tipo de análise, agora aplicado à década de 60, obtém-se um saldo do movimento migratório que, conjuntamente com o saldo do movimento emigratório clandestino totaliza 20.131 pessoas.

Para a década de 70, surge a partir de 1972, uma nova insuficiência, ou seja, a já referida falta de dados oficiais sobre o retorno oficial de emigrantes. Realizados os cálculos de acordo com a mesma metodologia e os elementos disponíveis, obtemos um desfazamento, para 15.III.1981, de mais 290 pessoas, o que indica que a soma algébrica do retorno oficial de emigrantes, com o saldo da migração para o Continente e Madeira, e com o saldo da emigração clandestina, pela primeira vez se cifrou num valor positivo de duzentos e noventa pessoas.

3. Quer os valores oficiais, quer os valores estimados, traduzem comportamentos cíclicos que mantêm uma certa coerência evolutiva, pelo que, identificadas as respectivas

QUADRO I

Região Autónoma dos Açores
Evolução da população 1950-1987

Anos	Nascimentos	Óbitos	Emigração	População *
1950	9 447	4 305	995	318 743
1951	9 655	4 041	805	321 082
1952	9 555	4 237	544	323 353
1953	9 555	4 430	1 033	324 958
1954	9 695	3 847	2 025	326 291
1955	9 896	4 476	1 126	328 104
1956	10 034	4 440	2 196	329 035
1957	10 209	4 366	3 540	328 907
1958	10 117	4 048	1 993	330 544
1959	9 996	4 245	6 562	327 263
1960	10 525	4 001	3 710	327 516
1961	10 151	3 667	3 940	328 093
1962	9 680	3 718	2 820	329 255
1963	9 497	3 776	3 402	329 629
1964	9 227	3 441	3 522	329 914
1965	9 047	3 325	3 687	329 963
1966	8 474	3 617	10 704	322 123
1967	8 136	3 192	11 232	313 860
1968	8 177	3 539	12 813	303 702
1969	7 473	3 188	13 125	292 864
1970	6 942	3 264	9 871	284 758
1971	7 173	3 305	9 361	277 316
1972	6 544	3 218	8 624	270 052
1973	6 003	3 500	7 893	262 691
1974	5 842	2 906	12 400	253 257
1975	5 745	3 022	7 947	251 563
1976	5 823	3 230	5 597	250 089
1977	5 911	2 896	4 181	249 953
1978	5 546	2 892	4 848	248 289
1979	5 328	2 736	5 015	245 896
1980	5 253	2 806	4 378	243 495
1981	5 045	2 908	2 544	242 938
1982	5 021	2 761	1 056	243 992
1983	4 952	2 917	1 349	244 528
1984	4 865	2 922	1 292	245 029
1985	4 594	2 699	1 660	245 114
1986	4 601	2 723	1 508	245 334
1987	4 422	2 629	2 079	244 898

* Valores estimados.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Anuários Estatísticos.

QUESTÕES AÇORIANAS — A QUESTÃO DEMOGRÁFICA

directrizes podemos concluir que manterão esse comportamento no futuro, caso não se altere significativamente o quadro de desenvolvimento económico e social previsto.

A evolução em valores absolutos da natalidade revela duas fases distintas, e que estão bem evidentes na *Figura I*. Primeiro, um crescimento até 1960, altura em que se atinge o valor de 10.525 nascimentos; segundo um decréscimo muito significativo a partir dessa data, atingindo-se 4.422 nascimentos em 1987, o que representa um decréscimo médio anual para esse período de 218 nascimentos.

A evolução da mortalidade está representada na *Figura II*. Verifica-se, neste caso um crescimento absoluto até 1955 com 4.476 óbitos, e um decréscimo lento que atinge o valor mais baixo até agora conhecido, em 1987, com 2.629 óbitos. Tal facto corresponde a uma diminuição média, nesse período, de 66 óbitos por ano.

A evolução da emigração na segunda metade do século é, de todos os indicadores, o mais preocupante, podendo isso mesmo ser observado na *Figura III*. Partindo de valores inferiores a um milhar para a emigração legal no início da década de 50, esses valores são ultrapassados em 1953, mantendo-se, em média, sempre crescentes, entre dois a quatro milhares, até 1966. A partir daí e até 1976, assistimos à década da grande sangria emigratória. Refira-se ainda que, desde 1966 e até 1982, nunca mais foi positiva a soma algébrica das variáveis emigração, nascimentos e óbitos.

Em 1982 e até 1986, dá-se uma efectiva estagnação emigratória. No entanto, os valores de 1987 e os já conhecidos para o primeiro semestre de 1988 demonstram que essa estagnação foi transitória, já que a partir dessa data a soma algébrica mencionada voltou a ser negativa.

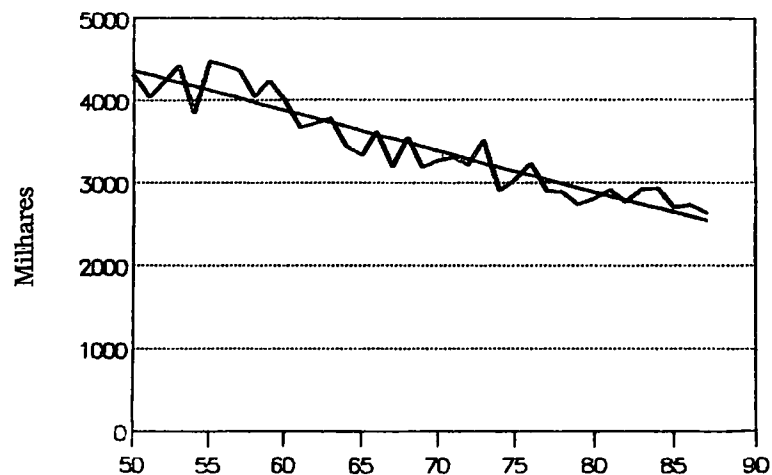
Com base nos valores estimados e nos já conhecidos da natalidade, mortalidade e emigração oficial, podemos agora tentar construir cenários de evolução populacional desde 1590, até ao final do século.

FIGURA 1
NASCIMENTOS 1950-1987



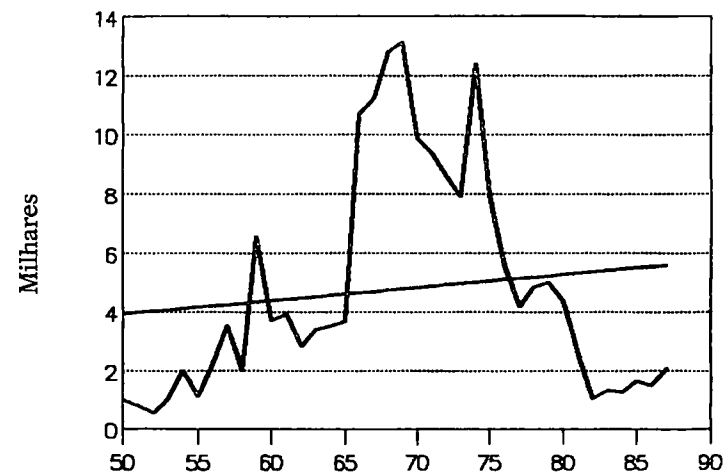
Fonte: QUADRO 1

FIGURA 2
ÓBITOS 1950-1987



Fonte: QUADRO 1

FIGURA 3
EMIGRAÇÃO 1950-1987



Fonte: QUADRO 1

4. Estamos agora em condições de construir cenários interpretativos da evolução da população açoriana. No entanto, não devemos esquecer que todos eles, mesmo os que têm vindo a ser publicados por organismos oficiais¹, são baseados em hipóteses de comportamento mais ou menos previsíveis das variáveis demográficas e não em números reais.

¹ Citamos como exemplos mais recentes: Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores, *AÇORES - Projecção Demográfica, 1980-2000*, Angra do Heroísmo, 1988; Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores, *AÇORES - População Activa/ Perspectiva de Média Prazo*, Angra do Heroísmo, 1988.

Em primeiro lugar, construímos o quadro da população residente desde 1950 a 1970, utilizando como hipótese metodológica a distribuição constante, ao longo dos anos, do saldo negativo verificado nas décadas de 50 e 60 no movimento migratório e no movimento emigratório clandestino. Para a interpretação do comportamento verificado na década de 70, esta hipótese de trabalho será abandonada. Vamos entrar, para além dos valores oficiais publicados, com as seguintes variáveis, algumas delas com comportamentos inconstantes ao longo do decénio:

- 1 — O saldo do movimento emigratório clandestino;
- 2 — O saldo do movimento migratório;
- 3 — O retorno oficial de emigrantes de 1972 a 1980;
- 4 — A vinda de retornados de África, no período entre 1974 e 1977.

Como observámos acima, a soma algébrica destas variáveis resultou num saldo positivo de 20 pessoas. É, no entanto, difícil determinar o peso relativo de cada uma delas para a constituição desse saldo.

Recuemos até à década de 50 e de 60, onde os saldos da emigração clandestina e da migração para o Continente e Madeira atingiram respectivamente menos 25.208 pessoas para a década de 50, e menos 20.131 pessoas para a década de 60.

Tais valores vêm demonstrar que as modificações verificadas na década de 70 nessas variáveis, requerem uma explicação mais circunstanciada. Começemos pelo retorno de emigrantes, cujos valores deixaram de ser publicados a partir de 1972. Dada a sua pequenez quantitativa, optámos por considerá-los constantes.

A emigração açoriana não costuma retornar às origens, com excepção daqueles que se fixam nas Bermudas, por períodos mais ou menos longos através de contratos de trabalho.

A Direcção de Serviços de Emigração do Governo Regional dos Açores realizou algum trabalho de pesquisa nessa matéria em 1980, através de inquéritos aos emigrantes retornados e obteve valores bastante mais significativos. No entanto, o inquérito requer alguma atenção de natureza metodológica, uma vez que, por exemplo, não se diferenciaram emigrantes legais dos clandestinos, nem foram cobertas todas as freguesias da Região. Pode-se no entanto concluir, com estas reservas, por valores para o retorno de emigrantes bem mais elevados do que os publicados nas estatísticas oficiais até 1972, para esse período.

Optámos, no entanto, por considerar constante o comportamento que se tinha vindo a verificar até 1972, até pela exiguidade desses valores, deixando para a variável que traduz o saldo da emigração clandestina as alterações conjunturais que eventualmente se tenham verificado no retorno de emigrantes durante o período considerado.

Quanto à emigração clandestina, com base em informação vinculada por alguns serviços consulares dos países de emigração açoriana, prevemos um saldo, em termos médios e para as décadas de 60 e 70, da ordem de meio milhar de pessoas por ano.

Aplicando este valor à década de 60, obtemos, como valor residual, o saldo médio anual da migração para o Continente de cerca de 1.500 pessoas. Considerámos como hipótese de trabalho que aquele valor se manteve durante o início da década de 70, até à Revolução de Abril. Com o 25 de Abril, alterou-se bruscamente a situação económica e social do Arquipélago, e naturalmente esse acontecimento teve os seus efeitos no comportamento de algumas variáveis demográficas, com destaque para a emigração. Por outro lado, precipitou-se o retorno dos portugueses residentes no Ultramar, pelo que optamos por um tratamento diferenciado para esta variável em relação ao saldo do movimento emigratório.

Daí que, no que diz respeito à década de 70, apresentemos, para algumas das variáveis, duas estruturas de comportamento bem diferenciadas separadas pela revolução de Abril.

Num primeiro período, até 1974, mantemos o comportamento típico herdado da década anterior. Num segundo período, entramos em linha de conta com os retornados de África, e estimamos um comportamento diferenciado para o saldo migratório com o Continente e Madeira.

Quanto à emigração clandestina, considerámo-la em termos médios constante ao longo da década. Poderiam ser invocadas razões, quer para um agravamento, quer para uma atenuação, como consequência do 25 de Abril. Resolvemos por isso considerá-la constante, de acordo com o padrão obtido nas informações recolhidas dos serviços consulares, as quais apontam, como referimos, para um saldo anual de cerca de 500 pessoas.

Por razões igualmente já apontadas o retorno oficial de emigrantes foi considerado constante e seguindo a tendência dos valores publicados até 1972.

Quanto aos retornados, estimámos uma vinda de 4.000 pessoas, com base nos dados recolhidos nas estruturas então criadas para a recepção dos portugueses oriundos de África.

Por último, estimámos os valores presentes no *Quadro II*, para o saldo migratório com o Continente e a Madeira. Esses valores são o resultado de uma interpretação possível dos acontecimentos verificados nos Açores, no pós-25 de Abril, acontecimento que tentamos equacionar em termos económicos, em trabalho anterior².

² SILVA, José Manuel Monteiro da, «Tópicos para uma Análise da Evolução Económica Recente na Região Autónoma dos Açores», in *Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa*, Lisboa, CISEP, 1983, pp. 2079-2102.

Considerámos uma fase inicial de regresso maciço em 1975 e 1976, resultante da evolução conturbada da realidade social e económica do Continente, e da relativa paz e prosperidade que então se registou nos Açores. Contudo, esses valores foram-se atenuando gradualmente até ao final da década, apresentando já em 1980, em nossa opinião, um valor nulo.

QUADRO II

Anos	Saldo da emigração clandestina	Saldo migratório	Retornados	Retorno oficial de emigrantes
1971	- 500	- 1.500	—	+ 17
1972	- 500	- 1.500	—	+ 34
1973	- 500	- 1.500	—	+ 29
1974	- 500	- 1.500	+ 2.000	+ 30
1975	- 500	+ 2.000	+ 2.000	+ 30
1976	- 500	+ 2.000	—	+ 30
1977	- 500	+ 1.500	—	+ 30
1978	- 500	+ 1.000	—	+ 30
1979	- 500	+ 500	—	+ 30
1980	- 500	—	—	+ 30
Saldo	- 5.000	+ 1.000	+ 4.000	+ 290

5. O cálculo da população da Região Autónoma dos Açores para a década de 80, foi efectuado a partir dos valores publicados em algumas estatísticas oficiais, como sejam as referentes à natalidade, à mortalidade e à emigração oficial, até ao ano de 1987.

Procedendo à soma algébrica da população residente em 15.III.1981, com os valores anuais dessas variáveis até

1987 inclusive³, atingimos 246.045 pessoas, ou seja, um crescimento absoluto de 2.453 pessoas desde 31.XII.1980.

A este valor obtido para 31.XII.1987, é necessário agora somar o saldo da emigração clandestina, o retorno oficial de emigrantes e o saldo da migração para o Continente e a Madeira.

No estudo «Açores – Projecção Demográfica, 1980-2000» (1988), o Departamento Regional de Estudos e Planeamento, considerou, para o retorno de emigrantes, um valor anual estimado de cerca de 1.000 pessoas, e um saldo migratório interno positivo no período de 1980-1985 de 3.438 pessoas. Com base nesses valores, as estimativas do DREPA para a população residente no Arquipélago, apontam para cerca de 251.000 pessoas, no final do ano de 1985.

Estes valores foram baseados no já mencionado inquérito efectuado pela Direcção dos Serviços de Emigração para a variável retorno e no movimento de entradas e saídas de passageiros nos aeroportos com ligação ao Continente para a variável saldo migratório interno.

No nosso modelo optámos, quanto à emigração clandestina, por atribuir o comportamento constante já referido, obtido das fontes consulares, e que apontam para um saldo médio de cerca de 500 pessoas.

O retorno de emigrantes, fenómeno pouco comum na tradição açoriana, poderá de facto ter experimentado valores superiores aos normais, nos finais da década de 70. Para isso, contribuiu uma sensível melhoria das condições de vida da generalidade das populações do Arquipélago e a esperança de um regresso às ilhas, alimentando a ilusão

³ Procedeu-se a ajustamentos nos valores da população residente do Recenseamento Geral da População de 1981, nas variáveis natalidade, mortalidade e emigração oficial, para o ano de 1981, uma vez que o recenseamento não coincidiu com o último dia do ano de 1980.

de que nos Açores poderiam continuar a usufruir o nível de vida a que se tinham habituado nos países de emigração.

Como já tivemos ocasião de abordar em outro trabalho⁴, tal fenómeno foi transitório, e não revestiu características estruturais. A demonstrá-lo, estão os números gradualmente crescentes que se têm vindo novamente a verificar na emigração oficial. No entanto, tendo em atenção o trabalho realizado pela Direcção de Serviços de Emigração, vamos considerar para esta variável, três hipóteses possíveis. Uma variação máxima anual positiva de 500 indivíduos, uma variação média anual de 350 indivíduos e uma variação mínima anual de 35 indivíduos para o retorno oficial de emigrantes, sendo este último valor correspondente à média da década de 60.

Para o saldo migratório em direcção ao Continente, estimados por via residual para as décadas de 60 e 70, um saldo médio anual negativo, respectivamente de 1.500 e 1.000 indivíduos. Em relação a este indicador, verificaram-se perturbações na sua evolução normal durante a década de 70, provocadas pela Revolução. No entanto, estão já ultrapassadas as razões que estiveram na sua origem.

De facto, a evolução da natalidade, da mortalidade, dos casamentos e até da emigração oficial, pela constatação dos números mais recentes, indicam padrões de comportamento bastante homogéneos, quando observados para os últimos trinta e cinco anos.

Com base nesses elementos, construímos também três cenários para o saldo das migrações para o Continente e a Madeira. Um cenário anual positivo, de 500 pessoas, correspondente às estimativas oficiais referentes ao movimento de passageiros nos aeroportos da Região, um cenário anual médio, já negativo, de 500 pessoas, mais realista mas ainda optimista quando comparado com a evolução

⁴ Idem, alínea 2).

verificada nas últimas décadas, e um cenário anual negativo mais pessimista, da ordem das 1.000 pessoas, correspondente aos padrões verificados na década de 70.

Elaboramos então o seguinte quadro:

QUADRO III

	Retorno de emigrantes	Saldo migratório	Saldo final	Pop. res. 31/12/87 ⁵
CENÁRIO A	+ 245	- 7.000	- 6.755	239.290
CENÁRIO B	+ 2.450	- 3.500	- 1.050	244.995
CENÁRIO C	+ 3.500	+ 3.500	+ 7.000	253.045

Os resultados finais obtidos em cada um dos cenários constituem, em nosso entender, elementos referenciais necessários para uma tentativa de resposta credível à questão da evolução da população açoriana durante a década actual.

6. De facto a questão básica da evolução da demografia açoriana neste período e nos anos seguintes, vai residir no comportamento evolutivo das seguintes expressões:

A primeira, que consiste no somatório da natalidade, da mortalidade e do saldo da emigração oficial. O saldo negativo gradualmente crescente desta expressão, resulta não só dos valores gradualmente crescentes que voltou a apresentar a emigração oficial, mas sobretudo devido à

⁵ Obteve-se 246.045 pessoas em 31/12/87, através da soma algébrica da população residente obtida do XI Recenseamento Geral da População, com os valores absolutos da natalidade, mortalidade e emigração oficial até essa data.

diminuição progressiva dos valores absolutos da natalidade, e concomitantemente do saldo entre o somatório da natalidade e da mortalidade.

A segunda, que consiste no somatório do saldo da emigração clandestina com o saldo da migração para o Continente. Não nos parece sustentável defender uma evolução positiva a médio prazo para esta expressão. De facto, são conhecidas as forças de atracção representadas pelas comunidades açorianas de emigrantes, onde os laços de sangue são até superiores a motivações de natureza económica, de nível de vida, e de bem estar social. Também o Continente acaba por representar para os açorianos, nomeadamente para aqueles que transitoriamente aí são obrigados a permanecer (estudantes, militares, etc.), um local de residência definitiva para um grande número de casos.

De facto, e com toda a segurança, só poderemos considerar a varável natalidade como aquela que contribui positivamente para o crescimento da população desta Região.

No entanto, o decrescimento progressivo que se verifica anualmente nesta variável, vai sendo cada vez mais insuficiente para cobrir os valores da mortalidade e da emigração oficial.

Resta saber se a emigração clandestina e a migração para o Continente estarão perto dos comportamentos bastante negativos observados desde 1950, ou se, pelo contrário, se alteraram apresentando agora uma contribuição mais satisfatória. Em nosso entender, não encontramos razões que fundamentem claramente esta última hipótese.

A evolução prevista no cenário B é aquela que apresenta maiores características de credibilidade, e se traduz, em linhas gerais, numa fase de estagnação demográfica, cujo desenrolar estará dependente das linhas de força presentes na segunda expressão que apresentamos anteriormente, ou seja, em factores e em forças que são, na quase totalidade dos casos, alheios à Região.

Como se pode verificar, e independentemente da evolução dos números e da sua análise meramente quantitativa, podemos concluir que quaisquer que sejam os valores apurados no próximo recenseamento, ou seja, superiores ou inferiores ao de 1981, tal facto dependerá exclusivamente da evolução de forças de natureza centrífuga que se desenvolvem na Região e não da evolução das variáveis demográficas tradicionais, como a natalidade, a mortalidade e a emigração oficial.

Quer isto significar que a Região não controla essas forças, e que o seu grau de intervenção, embora possível, será certamente modesto.

No *Quadro IV*, estão registados os valores da população residente nos Açores, até 31.XII.1987, de acordo com os três cenários mencionados.

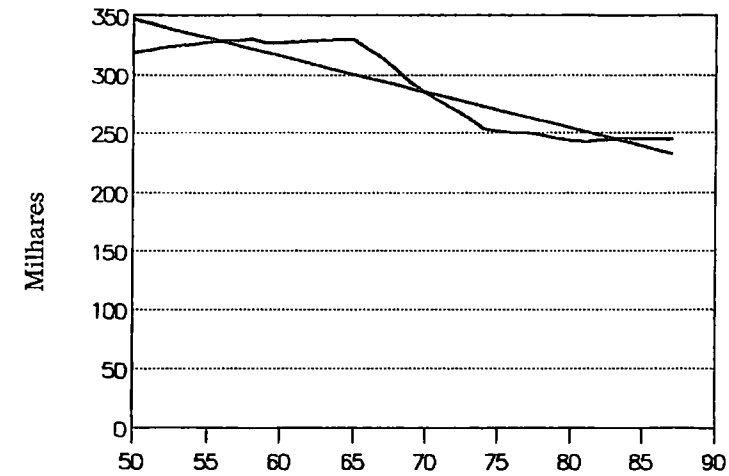
QUADRO IV

Anos	População ⁶	C E N Á R I O S		
		A	B	C
1981	243.088	242.123	242.938	244.088
1982	244.297	242.362	243.992	246.292
1983	244.978	242.083	244.528	247.978
1984	245.629	241.769	245.029	249.629
1985	245.864	241.039	245.114	250.864
1986	246.234	240.444	245.334	252.234
1987	245.948	239.193	244.898	252.948

⁶ Os valores presentes nesta coluna correspondem à soma algébrica da natalidade, mortalidade e emigração oficial, e usando como base os resultados obtidos no Recenseamento Geral da População de 1981.

Na *Figura IV*, podemos observar a evolução da população da Região Autónoma dos Açores, de acordo com os valores estimados até 1980, e de acordo com o cenário B, a partir dessa data e até 1987.

FIGURA 4
POPULAÇÃO 1950-1987



Fonte: QUADRO 1

7. Da evolução geral dos valores das variáveis demográficas analisados, quer dos reais, quer dos estimados, podemos concluir em primeiro lugar que as variáveis fundamentais da demografia açoriana apresentam, quando observados numa perspectiva estrutural (libertas portanto de alterações conjunturais, como foi o caso das provocadas pela Revolução de Abril), valores que revelam padrões de comportamento bastante uniformes ao longo do período de 1950 a 1987.

Encontram-se nessas circunstâncias a evolução constante e decrescente dos nascimentos e dos óbitos. A emi-

gração oficial, foi marcada por um decréscimo conjuntural muito significativo, que se estendeu do período pós-revolucionário até 1982. A partir dessa data, e amortecidos os efeitos da Revolução, voltou a apresentar valores gradualmente crescentes, esboçando um padrão de comportamento semelhante ao período correspondente às décadas de 50 e 60.

Também as variáveis estimadas do saldo migratório e do saldo emigratório clandestino, revelam uma evolução negativa de acordo com a nossa análise, se excluirmos novamente o período correspondente aos efeitos da Revolução.

Em segundo lugar, é de referir que, para além da Revolução de Abril, a institucionalização do sistema autonómico, teve efectivas repercussões no período de 1974 a 1982 nalgumas dessas variáveis, como foi o caso da emigração e do saldo da migração para o Continente e Madeira.

Em terceiro lugar, e como referimos no ponto seis, podemos concluir que são as variáveis demográficas que estão directamente relacionadas com os processos económicos e sociais, a cuja dinamização é neste momento alheia a Região, que poderão fazer evoluir positiva ou negativamente a situação demográfica do Arquipélago. É o caso da emigração em geral, quer para o território do Continente e da Madeira, quer para o estrangeiro.

Finalmente, e perante os dados analisados, podemos concluir por uma efectiva estagnação dos valores demográficos do Arquipélago, uma vez que o somatório da emigração oficial e dos óbitos voltou a apresentar valores superiores aos valores dos nascimentos. De facto, importa analisar as razões pelas quais a institucionalização do processo autonómico conseguiu efectivamente fazer influenciar favoravelmente estas variáveis demográficas até 1982, e as razões que levaram a que a partir dessa data se invertesse novamente essa situação.

Bibliografia

- DEPARTAMENTO REGIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DOS AÇORES — *População Activa/Perspectiva de Médio Prazo*. Angra do Heroísmo, 1988.
- DEPARTAMENTO REGIONAL DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DOS AÇORES — *Projecção Demográfica, 1980-2000*. Angra do Heroísmo, 1988.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — *Anuários Estatísticos: 1950-1987*. Lisboa, 1951-1987.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — *IX, X e XI Recenseamentos Gerais da População: 1950, 1960, 1970*. Lisboa, 1952-1973.
- SILVA, José Manuel Monteiro da — *Tópicos para uma Análise da Evolução Económica Recente na Região Autónoma dos Açores*, in «Evolução Recente e Perspectivas de Transformação da Economia Portuguesa». Lisboa, CISEP, 1983, pp. 2079-2102.